

FORMULÁRIO SOBRE INFORMAÇÕES PRISIONAIS

1. Dados do Estabelecimento

1.1. Estabelecimento originalmente destinado a pessoa privadas de liberdade do sexo (marcar apenas uma opção)

- ☐ Masculino
☐ Feminino
☐ Misto

1.2. Tipo de estabelecimento - originalmente destinado (marcar apenas uma opção)

Selecionar a opção do tipo de estabelecimento por sua destinação prevista no momento de sua construção, independente de criação posterior de alas e anexos destinados a outros regimes, ou de alocação circunstancial de pessoas privadas de liberdade que não se enquadram na destinação original do estabelecimento.

Por exemplo: para os estabelecimentos que foram concebidos como Cadeias Públicas mas possuem sentenciados (em ala separada ou não), deve ser assinalado "Estabelecimento destinado ao recolhimento de presos provisórios"; para as Penitenciárias que foram adaptadas, com a construção de alas/anexos de detenção provisória ou de progressão de regime, ou que passaram a acomodar presos provisórios ou já promovidos ao regime semiaberto, deve ser assinalada a opção "Estabelecimento destinado ao cumprimento de pena em regime fechado"; por outro lado, para estabelecimentos que foram concebidos para diversos tipos de regime, como Centros de Ressocialização, deve ser assinalada a opção "Estabelecimento destinado a diversos tipos de regime".

Observação: No item abaixo será solicitado o registro da capacidade de vagas destinadas para cada tipo de regime disponíveis no estabelecimento.

- ☐ Estabelecimento destinado ao recolhimento de presos provisórios
 Ex: Cadeia pública; Centro de Detenção Provisória; Unidade de Recolhimento Provisório
- ☐ Estabelecimento destinado ao cumprimento de pena em regime fechado
 Ex: Penitenciária
- ☐ Estabelecimento destinado ao cumprimento de pena em regime semiaberto
 Ex: Colônia agrícola, industrial ou similar; Centro de Progressão Penitenciária; Unidade de Regime semiaberto; Centro de Integração Social
- ☐ Estabelecimento destinado ao cumprimento de pena em regime aberto ou de limitação de fim de semana
 Ex: Casa do albergado
- ☐ Estabelecimento destinado ao cumprimento de medida de segurança de internação ou tratamento ambulatorial
 Ex: Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico - HCTP
- ☐ Estabelecimento destinado a diversos tipos de regime
 Ex: Centro de Ressocialização (SP)
- ☐ Estabelecimento destinado à realização de exames gerais e criminológico
 Ex: Centro de observação criminológica e triagem
- ☐ Patronato
 Estabelecimento destinado à prestar assistência aos albergados e aos egressos
- ☐ Outro. Qual?

1.3. Capacidade do estabelecimento

Capacidade: Número de vagas disponíveis na data final do período de referência. Não devem ser computadas as vagas de celas interditadas, desativadas ou não aptas para utilização. Não devem ser computados os leitos e outros espaços destinados temporariamente às pessoas privadas de liberdade em tratamento de saúde

Se o estabelecimento for destinado a um tipo de regime mas possuir ala/anexo próprio para outro(s) tipo(s) de regime, ainda que construído posteriormente à inauguração, informar o número de vagas específicas de cada tipo

O número de vagas de cada tipo de regime não se confunde com o número efetivo de pessoas privadas de liberdade naquele estabelecimento, que será preenchido no item 4.1.

	Masculino	Feminino
vagas - presos provisórios		
vagas - regime fechado		
vagas - regime semiaberto		
vagas - regime aberto		
vagas - Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)		
vagas - Medidas de segurança de internação/ tratamento ambulatorial / hospitalar		
vagas - outro(s). Qual(is)?		

	Quantidade de celas não aptas	Vagas desativadas - masculino	Vagas desativadas - feminino
Celas interditadas/ desativadas e respectivas vagas			

1.4. Gestão do estabelecimento (marcar apenas uma opção)

- ☐ Pública
 Ente público responsável pela gestão integral do estabelecimento, mesmo que determinados serviços sejam terceirizados.
- ☐ Parceria Público-Privada
 Entende-se, para os fins do presente formulário, a realização de contrato e outorga para entidade privada realizar construção e gestão integral do estabelecimento, cabendo ao ente público a fiscalização da atividade do
- ☐ Co-gestão
 Trata-se, para os fins do presente formulário, de modelo que envolve a Administração Pública e a iniciativa privada, em que o administrador privado é responsável pela gestão de determinados serviços da unidade, como segurança interna, alimentação, vestimenta, higiene, lazer, saúde, assistência social, psicológica, etc., cabendo ao Estado e ao ente privado o gerenciamento e administração conjunta do estabelecimento.
- ☐ Organizações sem fins lucrativos
 A gestão do estabelecimento é compartilhada entre o Estado e entidades ou organizações sem fins lucrativos

1.5. Quais serviços são terceirizados? (marcar mais de uma resposta, se aplicável)

Contratação de entidade privada para descentralização de serviços, mediante contrato oneroso (remunerado), em que a empresa contratada oferece a mão-de-obra do contrato pactuado entre as partes

As opções devem ser preenchidas independente do opção selecionada no item 1.4

- ☐ Nenhum
☐ Alimentação
☐ Limpeza
☐ Lavanderia

- ☐ Saúde
☐ Segurança
☐ Assistência educacional
☐ Assistência laboral
 Exemplo: terapeuta ocupacional, instrutor, coordenador de trabalho que acompanham as atividades oferecidas na Unidade
☐ Assistência social
☐ Assistência jurídica
☐ Serviços administrativos
☐ Outro. Qual?

1.6. Data de inauguração do estabelecimento

1.7. O estabelecimento foi concebido como estabelecimento penal ou foi construído para outra utilização e foi adaptado?

- ☐ Concebido como estabelecimento penal
☐ Adaptado para estabelecimento penal

1.8. Possui regimento interno?

- ☐ Sim (responder 1.9.)
☐ Não (ir para seção 2)

1.9. O regimento interno é específico para este estabelecimento ou se aplica aos demais estabelecimentos do Estado?

- ☐ Específico para o estabelecimento
☐ Aplica-se a todos os estabelecimentos do Estado
☐ Outra opção, qual?

2. Seções Internas

2.1. Há cela adequada/ dormitório para gestantes? (apenas para estabelecimentos com vagas para mulheres)

- ☐ Sim
☐ Não

2.2. Possui berçário e/ou centro de referência materno-infantil? (apenas para estabelecimentos com vagas para mulheres)

Berçário: seção própria destinada a bebês com até 2 anos de idade

- ☐ Sim. Capacidade de bebês
☐ Não

2.3. Possui creche? (apenas para estabelecimentos com vagas para mulheres)

Creche: seção própria destinada a crianças a partir de 2 anos de idade, com espaço pedagógico.

- ☐ Sim. Capacidade de crianças
☐ Não

2.4. Módulo de saúde - marcar todos os itens disponíveis no estabelecimento

		O espaço também é destinado a	
Espaços mínimos		Sim	Não
<input type="checkbox"/> Consultório médico	Quantidade		
<input type="checkbox"/> Consultório odontológico			
<input type="checkbox"/> Sala de coleta de material para laboratório			
<input type="checkbox"/> Sala de curativos, suturas, vacinas e posto de enfermagem			
<input type="checkbox"/> Cella de observação			
<input type="checkbox"/> Cella de enfermagem com solário			
<input type="checkbox"/> Sanitário para pacientes			
<input type="checkbox"/> Sanitários para equipe de saúde			
<input type="checkbox"/> Farmácia ou sala de estoque/ dispensação de medicamentos			
<input type="checkbox"/> Central de material esterilizado/ expurgo			
<input type="checkbox"/> Sala de lavagem e descontaminação			
<input type="checkbox"/> Sala de esterilização			
<input type="checkbox"/> Vestiário			
<input type="checkbox"/> Depósito de material de limpeza - DML			

		O espaço também é destinado a	
Espaços complementares		Sim	Não
<input type="checkbox"/> Sala de atendimento clínico multiprofissional	Quantidade		
<input type="checkbox"/> Sala de procedimentos			
<input type="checkbox"/> Sala de raio x			
<input type="checkbox"/> Laboratório de diagnóstico			
<input type="checkbox"/> Cella de espera			
<input type="checkbox"/> Solário para pacientes			
<input type="checkbox"/> Outro(s). Qual(is)?			

- ☐ Não possui módulo de saúde

2.5. Módulo de educação - marcar todos os itens disponíveis no estabelecimento

- ☐ Sala de aula
Em relação à capacidade de pessoas nas salas de aula, destacar a capacidade por turno
- ☐ Sala de informática
- ☐ Sala de encontros com a sociedade/ sala de reuniões
- ☐ Biblioteca
- ☐ Sala de professores
- ☐ Outro(s). Qual(is)?
- ☐ Não possui módulo de saúde

Quant de salas	Capacidade de pessoas

2.5.1 - Há local específico para biblioteca?

- ☐ Sim
- ☐ Não

2.5.2 - Há acervo de obras na biblioteca?

- ☐ Sim. Quantidade de obras: (1 livro = 1 obra)
- ☐ Não

2.5.3 - A origem do acervo da biblioteca?

- ☐ Público
- ☐ Doação
- ☐ Misto

2.5.4 - Há controle do acervo bibliotecário do estabelecimento?

(Existe acompanhamento sistemático sobre o número de obras presentes na biblioteca, número de exemplares retirados para empréstimo, entre outras formas de controle do acervo?)

- ☐ Sim
- ☐ Não

2.5.5 - Há manutenção permanente do acervo bibliotecário do estabelecimento?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Caso o estabelecimento possua manutenção permanente do acervo bibliotecário, qual a periodicidade de manutenção do acervo?

- ☐ Diária
- ☐ Semanal
- ☐ Mensal
- ☐ A manutenção somente é realizada sob demanda, sem periodicidade definida

2.6. Módulo de oficinas - marcar todos os itens disponíveis no estabelecimento

Oficinas permanentes de capacitação em estabelecimentos penais, com oferecimento de cursos profissionalizantes, para desenvolvimento de competências e também para o trabalho remunerado.

- ☐ Não possui
- ☐ Sala de produção
- ☐ Sala de controle/ supervisão
- ☐ Sanitários
- ☐ Estoque
- ☐ Carga/ descarga
- ☐ Outro(s). Qual(is)?

Qual(is) módulo de oficina existe(m) no estabelecimento?	Capacidade para quantas pessoas?
Artefatos de concreto	
Blocos e tijolos	
Padaria e panificação	
Corte e costura industrial	
Artesanato	
Marcenaria	
Serralheria	
Outro(s)	Quais?

2.7. Há local específico para visitação?

Local específico para visitação: ambiente destinado à visita - e eventualmente a outras atividades sociais -, diverso do ambiente de pátio de sol e cela das

- ☐ Sim
- ☐ Não

2.8. Há local específico para visita íntima?

Local/cômodo específico para propiciar à pessoa privada de liberdade o acesso à visita íntima dos esposos/as ou companheiros/as.

- ☐ Sim
- ☐ Não

2.9. Há sala de atendimento para serviço social?

- ☐ Sim, exclusiva
- ☐ Sim, compartilhada com outros serviços
- ☐ Não

2.10. Há sala de atendimento para psicologia?

- ☐ Sim, exclusiva
- ☐ Sim, compartilhada com outros serviços
- ☐ Não

2.11. Há local destinado ao atendimento jurídico gratuito no estabelecimento?

- ☐ Sim, sala exclusiva
- ☐ Sim, sala compartilhada com outros serviços.
- ☐ Sim, parlatório
- ☐ Não

2.12. Possui sala de videoconferência?

- ☐ Sim
- ☐ Não

2.13. Há "cela(s)-seguro"?

Cela separada, privada do convívio com outros internos

- ☐ Sim
- ☐ Não

2.14. Há ala ou cela destinadas exclusivamente às pessoas privadas de liberdade que se declarem lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e

Ala (seções ou módulos autônomos, incorporados ou anexos a estabelecimentos) ou cela exclusiva destinadas exclusivamente às pessoas privadas de liberdade que se declarem lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos (LGBTI)

- ☐ Sim, há ala. Quantas vagas?
- ☐ Sim, há cela(s). Quantas vagas?
- ☐ Não

2.15. Há ala ou cela destinada exclusivamente para idosos?

Ala (seções ou módulos autônomos, incorporados ou anexos a estabelecimentos) ou cela exclusiva destinadas exclusivamente às pessoas privadas de liberdade que tenham no mínimo 60 anos de idade.

- ☐ Sim, há ala. Quantas vagas?
- ☐ Sim, há cela(s). Quantas vagas?
- ☐ Não

2.16. Há ala ou cela destinada exclusivamente para indígenas?

Ala (seções ou módulos autônomos, incorporados ou anexos a estabelecimentos) ou cela exclusiva destinadas exclusivamente às pessoas privadas de liberdade identificadas como indígenas.

- ☐ Sim, há ala. Quantas vagas?
- ☐ Sim, há cela(s). Quantas vagas?
- ☐ Não

2.17. Há ala ou cela destinada exclusivamente para pessoas estrangeiras?

Ala (seções ou módulos autônomos, incorporados ou anexos a estabelecimentos) ou cela exclusiva destinadas exclusivamente às pessoas privadas de liberdade identificadas como estrangeiras.

- ☐ Sim, há ala. Quantas vagas?
- ☐ Sim, há cela(s). Quantas vagas?
- ☐ Não

2.18. Há acessibilidade para pessoas com deficiência?

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Por acessibilidade, entende-se o estabelecimento de condições e possibilidades de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, seus espaços, mobiliários e equipamentos, proporcionando às pessoas com deficiência a maior independência possível e aumento das condições de realização das mesmas atividades que as demais pessoas.

- ☐ Sim, módulos/alas/celas adaptados em conformidade com a Norma Brasileira ABNT n. 9050, de 2020. Indique o número de vagas:
- ☐ Sim, módulos/alas/celas adaptados, não observando todos os da Norma Brasileira ABNT n. 9050, de 2020. Indique o número de vagas:

☐ Não

2.19. Há terreno/ espaço disponível para construção de novos módulos?

☐ Sim

☐ Não

2.20. De quais equipamentos para revista o estabelecimento dispõe? (múltipla resposta)

Devem ser registrados os equipamentos disponíveis na data final do período de referência

- ☐ Raio X
☐ Portal detector de metal
☐ Scanner corporal (body scanner)
☐ Espectômetro
☐ Raquete
☐ Banqueta/ banco detector de metal
☐ Outros. Quais?

Quantidade em utilização	Quantidade danificada ou em manutenção

☐ Não Possui

2.21. Possui equipamentos próprios voltados ao bloqueios de sinal de telefonia celular?

☐ Sim, em funcionamento

☐ Sim, em manutenção

☐ Não Possui

3. Administração Penitenciária - equipe

3.1. Quantidade de Servidores que atuam no Sistema Prisional

Profissionais em atividade na data de fim do período de referência, de acordo com função prevista formalmente por gênero.

Efetivo: profissional ocupante de cargo público, mediante concurso público, seja ele estável ou não

Comissionado: profissional ocupante de cargo de confiança, de livre nomeação e exoneração. Se se tratar de servidor ocupante de cargo efetivo que está ocupando cargo comissionado, este deve ser computado como efetivo, para os fins deste levantamento.

Terceirizado: profissional contratado por regime seletista, por empresa contratada pela Administração.

Temporário: profissional contratado, sem concurso público, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

	Efetivo		Comissionado		Terceirizado		Temporário		Órgãos de Lotação originária (para efetivos e comissionados)
	Masc.	Fem	Masc.	Fem	Masc.	Fem	Masc.	Fem	
Cargos administrativos (atribuição de cunho estritamente administrativo)									Não se aplica/ Outra secretaria estadual/ Secretaria de Administração Pública ou similar/ Secretaria Municipal
Servidor voltado à atividade de custódia (exemplo: policial penal, agente penitenciário, agente de cadeia pública)									
Enfermeiros									
Auxiliar e técnico de enfermagem									
Psicólogos									
Dentistas									
Técnico/ auxiliar odontológico									
Assistentes sociais									
Advogados									
Médicos - clínicos gerais									
Médicos - ginecologistas									
Médicos - psiquiatras									
Médicos - outras especialidades									
Pedagogos									
Professores									
Terapeuta/ terapeuta ocupacional									
Policial Civil em atividade exclusiva no estabelecimento prisional									
Policial Militar em atividade exclusiva no estabelecimento									
Outros. Especificar:									

3.2. Há equipe própria para atendimento no berçário e/ou creche? (múltipla resposta; apenas para estabelecimentos com mulheres)

☐ Sim, há médico pediatra

☐ Sim, há médico ginecologista

☐ Sim, há nutricionista

- ☐ Sim, há cuidadores/as
- ☐ Sim, outro(s). Especificar: _____
- ☐ Não, os atendimentos são realizados externamente

3.3. Há prestação sistemática de assistência jurídica gratuita às pessoas privadas de liberdade neste estabelecimento? (marcar mais de uma resposta, se aplicável)

Entender por sistemática, a prestação periódica e habitual do serviço em questão.

- ☐ Não
- ☐ Sim, por meio da Defensoria Pública
- ☐ Sim, por meio de assistência jurídica privada prestada por advogados conveniados/ dativos
- ☐ Sim, por meio de assistência jurídica privada prestada por ONG ou outra entidade sem fins lucrativos
- ☐ Sim, outro. Qual?

4. População prisional e movimentação

4.1. População prisional

Número de pessoas privadas de liberdade por natureza da prisão e tipo de regime a que estão submetidos na data de fim do período de referência.

Para as pessoas condenadas e provisórias, simultaneamente, prevalece, para os fins do presente formulário, a situação de condenação, desde que vigente regime de

	Justiça Estadual		Justiça Federal		Outros (Just. Trab., cível)	
	Masc.	Fem	Masc.	Fem	Masc.	Fem
Presos provisórios (sem condenação)						
Pessoa privada de liberdade que não recebeu decisão condenatória. Para os fins do presente formulário, havendo sentença condenatória, ainda que não definitiva, a pessoa não deve ser considerada provisória.						
Presos sentenciados - regime fechado						
Presos sentenciados - regime semiaberto						
Presos sentenciados - regime aberto						
Medida de segurança - internação						
Medida de segurança - tratamento ambulatorial						

Quantas pessoas privadas de liberdade estão em Regime Disciplinar Diferenciado?

As pessoas contabilizadas neste campo também devem ser contabilizadas no quadro acima, de acordo com sua condição - provisória ou condenada.

4.2. O estabelecimento tem controle da informação sobre quantos presos provisórios têm mais de 90 dias de prisão?

Considerar apenas os presos sem condenação, ou seja, o número de pessoas indicadas nesse campo deverá ser menor ou igual ao informado no Item 4.1 - Presos Provisórios (sem condenação).

	Masculino	Feminino
<input type="checkbox"/> Sim. Quantos?		
<input type="checkbox"/> Não		

4.3. O estabelecimento tem controle da informação sobre quantos presos sentenciados no regime fechado já foram beneficiados por decisão judicial com o regime semiaberto e aguardam vaga para transferência?

	Masculino	Feminino
<input type="checkbox"/> Sim. Quantos?		
<input type="checkbox"/> Não		

4.4. O estabelecimento recebe o atestado de pena a cumprir? (marcar apenas uma opção)

Atestado de pena a cumprir: extrato judicial em que consta o montante da pena privativa de liberdade; o regime prisional de cumprimento da pena; a data do início do cumprimento da pena e a data, em tese, do término do cumprimento integral da pena; e a data a partir da qual o apenado, em tese, poderá postular a progressão do regime prisional e o livramento condicional, conforme artigo 12, da resolução n.113 do Conselho Nacional de Justiça, de 20 de abril de 2010.

- ☐ Sim, recebe regularmente
- ☐ Recebe sem regularidade
- ☐ Não recebe
- ☐ Não se aplica (*Estabelecimentos que na data final do período de referência não abrigavam pessoas privadas de liberdade com condenação*)

	Masculino	Feminino
Quantas pessoas privadas de liberdade sentenciadas que estão no estabelecimento possuem o atestado de pena atualizado arquivado no prontuário?		

Entende-se por atualizado o atestado recebido no prazo de até 60 dias a contar do início da execução ou reinício do cumprimento da pena privativa de liberdade, ou até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano

4.5. Movimentação no Sistema Prisional (total do período de referência)

Deve ser considerada a quantidade de ocorrências relativas à movimentação no estabelecimento, por tipo, no período de referência.

Entradas	Masculino	Feminino
Número de inclusões originárias		
Inclusões não decorrentes de remoção ou transferência de outro estabelecimento do Sistema Prisional		
Saídas	Masculino	Feminino
Alvarás de soltura		
Computar apenas os alvarás que são efetivamente cumpridos, motivando a colocação a pessoa em liberdade		
Fugas		
Evasão do cumprimento de pena em meio fechado, semiaberto ou aberto, quando se tratar de casa do albergado		

Abandonos		
Não retorno em saída temporária		
Total de óbitos		
Independente da causa da mortalidade		

Transferências/remoções	Masculino	Feminino
Número de inclusões por transferências ou remoções		
Recebimento de pessoas privadas de liberdade oriundas de outros estabelecimentos do próprio Sistema Prisional		
Transferências/ remoções - deste para outro estabelecimento.		

Autorizações de saída	Masculino	Feminino
Permissão de saída - para os condenados do regime fechado e semiaberto ou provisórios, por falecimento ou doença grave de parente ou necessidade de tratamento médico (Art. 120, da Lei de Execução Penal)		
Saída temporária - para os condenados que cumprem pena em regime semiaberto para visitar família (Art. 122, inciso I, da Lei de Execução Penal)		

5. Perfil

5.1. Quantidade de pessoas privadas de liberdade por faixa etária

Idade em anos completos na data final do período de referência.

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

- ☐ Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade
- ☐ Sim, para parte das pessoas privadas de liberdade
- ☐ Não

Em caso positivo, total ou parcialmente, preencha as informações abaixo:

	Masculino	Feminino
18 a 24 anos		
25 a 29 anos		
30 a 34 anos		
35 a 45 anos		
46 a 60 anos		
61 a 70 anos		
Mais de 70 anos		
Não informado		

5.2. Quantidade de pessoas privadas de liberdade por cor de pele/ raça/ etnia

Para os fins do presente formulário entende-se:

Raça: grupo definido socialmente devido a características físicas, tais como cor de pele, textura do cabelo, traços faciais.

Etnia: grupo definido pelo compartilhamento histórico, religioso ou cultural.

As informações devem ser preenchidas de acordo com os registros do estabelecimento, referente às pessoas privadas de liberdade, na data final do período de referência.

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

- ☐ Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade
- ☐ Sim, para parte das pessoas privadas de liberdade
- ☐ Não

Em caso positivo, total ou parcialmente, preencha as informações abaixo:

	Masculino	Feminino
Branca		
Negra		
Parda		
Amarela		
Indígena		
Outras		
Não informado		

Se houver indígenas, destacar povo indígena ao qual pertence e respectivo idioma (campos abertos)

POVO INDÍGENA	IDIOMA	QUANTIDADE

5.3. - Quantidade de pessoas privadas de liberdade por procedência:

Entende-se por procedência a classificação do endereço da pessoa privada de liberdade antes da entrada no sistema prisional

As informações devem ser preenchidas de acordo com os registros do estabelecimento, referente às pessoas privadas de liberdade, na data final do período de referência.

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

- ☐ Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade
- ☐ Sim, para parte das pessoas privadas de liberdade
- ☐ Não

Em caso positivo, total ou parcialmente, preencha as informações abaixo:

	masculino	feminino
Área urbana- Municípios do interior		
Área Urbana - Municípios em regiões metropolitanas		
Zona Rural		

5.4. Estado civil

As informações devem ser preenchidas de acordo com os registros do estabelecimento, referente às pessoas privadas de liberdade, na data final do período de referência.

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

- ☐ Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade
- ☐ Sim, para parte das pessoas privadas de liberdade
- ☐ Não

Em caso positivo, total ou parcialmente, preencha as informações abaixo:

	Masculino	Feminino
Solteiro/a		
União estável/ amasiado		
Casado/a		
Separado/a judicialmente		
Divorciado/a		
Viúvo/a		
Não informado		

5.5. Pessoas com deficiência

As informações devem ser preenchidas de acordo com os registros do estabelecimento, referente às pessoas privadas de liberdade, na data final do período de referência.

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

- ☐ Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade
- ☐ Sim, para parte das pessoas privadas de liberdade
- ☐ Não

Em caso positivo, total ou parcialmente, preencha as informações abaixo:

Total de pessoas privadas de liberdade com deficiência

Masculino	Feminino

Natureza da deficiência:

Pessoas com deficiência intelectual

Masculino	Feminino

Pessoas com deficiência intelectual: apresentam limitações no funcionamento mental, afetando tarefas de comunicação, cuidados pessoais, relacionamento social, segurança, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho.

Pessoas com deficiência física

Masculino	Feminino

Pessoas com deficiência física: apresentam limitação do funcionamento físico-motor; são cadeirantes ou pessoas com deficiência motora, causadas por paralisia cerebral, hemiplegias, lesão medular, amputações ou artropatias.

Quantas pessoas, dentre as informadas acima, são cadeirantes?		
---------------------------------------------------------------	--	--

Pessoas com deficiência auditiva

Masculino	Feminino

Pessoas com deficiência auditiva: apresentam perda total da capacidade auditiva. Perda comprovada da capacidade auditiva entre 95% e 100%.

Pessoas com deficiência visual

Masculino	Feminino

Pessoas com deficiência visual: não possuem a capacidade física de enxergar por total falta de acuidade visual.

Pessoas com deficiências múltiplas

Masculino	Feminino

Pessoas com deficiências múltiplas: apresentam duas ou mais deficiências.

5.6. Quantidade de pessoas privadas de liberdade por grau de instrução

Identificar o nível mais elevado de instrução de cada pessoa privada de liberdade na data final do período de referência, de acordo com os registros do estabelecimento.

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

- ☐ Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade
- ☐ Sim, para parte das pessoas privadas de liberdade
- ☐ Não

Em caso positivo, total ou parcialmente, preencha as informações abaixo:

	Masculino	Feminino
Analfabeto		
Alfabetizado (sem cursos regulares)		
Ensino Fundamental Incompleto		
Ensino Fundamental Completo		
Ensino Médio Incompleto		
Ensino Médio Completo		
Ensino Superior Incompleto		
Ensino Superior Completo		
Ensino acima de Superior Completo		
Não informado		

5.7. Número de pessoas privadas de liberdade com documentos pessoais

Identificar os documentos pessoais arquivados no estabelecimento prisional, na data final do período de referência.

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

- ☐ Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade
- ☐ Sim, para parte das pessoas privadas de liberdade
- ☐ Não

Caso o estabelecimento possua documentação física de pessoas privadas de liberdade, é possível identificar as informações abaixo por tipo de documento?

- ☐ Sim,
☐ Não.

Em caso positivo, preencha as informações abaixo:

	Masculino	Feminino
Certidão de Nascimento		
R.G		
C.P.F.		
Título de eleitor		
Certificado de reservista		
CTPS (Carteira de Trabalho)		
Cartão SUS		
RNE (presos estrangeiros)		
Passaporte (presos estrangeiros)		
Número de pessoas com algum dos documentos acima		
Número de pessoas sem documentos		

5.8. Quantidade de pessoas privadas de liberdade por nacionalidade

Identificar a nacionalidade das pessoas privadas de liberdade, na data final do período de referência, de acordo com os registros do estabelecimento.

Se houver dupla nacionalidade e uma das nacionalidades for brasileira, considerar, para os fins do presente formulário, como brasileira.

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

- ☐ Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade
☐ Sim, para parte das pessoas privadas de liberdade
☐ Não

Em caso positivo, total ou parcialmente, preencha as informações abaixo:

	Masculino	Feminino
Brasileiro nato		
Brasileiro naturalizado		
Estrangeiros - total		
Sem informação sobre a nacionalidade		

	Masculino	Feminino
Estrangeiros - Europa		
Albânia		
Andorra		
Alemanha		
Áustria		
Bielorrússia		
Bósnia e Herzegovina		
Bélgica		
Bulgária		
República Tcheca		
Chipre		
Cazaquistão		
Croácia		
Dinamarca		
Eslováquia		
Eslovênia		
Escócia		
Estônia		
Espanha		
Finlândia		
França		
Grécia		
Holanda		
Hungria		
Inglaterra		
Islândia		
Irlanda do Norte		
Irlanda		
Itália		
Letônia		
Liechtenstein		
Lituânia		
Luxemburgo		
Macedônia do Norte		
Malta		
Moldávia		
Montenegro		
Mônaco		
Noruega		
País de Gales		
Países Baixos ou Holanda		
Polônia		
Portugal		
Rússia		
Reino Unido		
Romênia		
San Marino		
Sérvia		

	Suécia		
	Suíça		
	Vaticano		
	Ucrânia		

		Masculino	Feminino
Estrangeiros - Ásia			
	Afeganistão		
	Arábia Saudita		
	Armênia		
	Azerbaijão		
	Bahrein		
	Bangladesh		
	Brunei		
	Butão		
	Camboja		
	Catar		
	Cazaquistão		
	Chipre		
	Cingapura		
	China		
	Coréia do Norte		
	Coréia do Sul		
	Egito		
	Emirados Árabes Unidos		
	Geórgia		
	Iêmen		
	Filipinas		
	Índia		
	Indonésia		
	Irã		
	Iraque		
	Israel		
	Japão		
	Jordânia		
	Kuwait		
	Laos		
	Líbano		
	Macao		
	Malásia		
	Maldivas		
	Mianmar		
	Mongólia		
	Nepal		
	Omã		
	Paquistão		
	Quirguistão		
	Síria		
	Sri Lanka		
	Tailândia		
	Tajiquistão		
	Turcomenistão		
	Uzbequistão		
	Taiwan		
	Turquia		
	Timor Leste		
	Vietnã		

		Masculino	Feminino
Estrangeiros - África			
	África do Sul		
	Angola		
	Argélia		
	Benin		
	Botsuana		
	Burkina Faso		
	Burundi		
	Cabo Verde		
	Chade		
	Camarões		
	República do Congo		
	Costa do Marfim		
	Djibouti		
	Eritreia		
	Eswatini		
	Egito		
	Etiópia		
	Gâmbia		
	Gabão		
	Gana		
	Guiné		
	Guiné Bissau		
	Guiné Equatorial		
	Ilha de Comores		
	Ilhas São Tomé e Príncipe		
	Ilhas Seychelles		

	Lesoto		
	Libéria		
	Libia		
	Madagascar		
	Malauí		
	Mali		
	Marrocos		
	Mauritânia		
	Moçambique		
	Namíbia		
	Níger		
	Nigéria		
	Quênia		
	República Centro-Africana		
	República de Maurício		
	República do Congo		
	Ruanda		
	Senegal		
	Serra Leoa		
	Somália		
	Sudão		
	Sudão do Sul		
	Tanzânia		
	Togo		
	Tunísia		
	Uganda		
	Zâmbia		
	Zimbabue		

		Masculino	Feminino
Estrangeiros - América			
	Antígua e Barbuda		
	Argentina		
	Bahamas		
	Barbados		
	Belize		
	Bolívia		
	Canadá		
	Chile		
	Colômbia		
	Costa Rica		
	Cuba		
	Dominica		
	El Salvador		
	Ecuador		
	Estados Unidos da América		
	Granada		
	Guatemala		
	Guiana		
	Guiana Francesa		
	Haiti		
	Honduras		
	Ilhas Cayman		
	Jamaica		
	México		
	Nicarágua		
	Panamá		
	Paraguai		
	Peru		
	Porto Rico		
	República Dominicana		
	Santa Lúcia		
	São Cristóvão e Névis		
	São Vicente e Granadinas		
	Suriname		
	Trindade e Tobago		
	Uruguai		
	Venezuela		

Estrangeiros - Oceania			
	Austrália		
	Estados Federados da Micronésia		
	Fiji		
	Ilhas Marshall		
	Ilhas Salomão		
	Kiribati		
	Nauru		
	Nova Zelândia		
	Palau		
	Papua-Nova Guiné		
	Samoa		
	Tonga		
	Tuvalu		
	Vanuatu		

5.9. Faixa etária dos filhos que estão no estabelecimento (aplicável apenas para estabelecimentos com mulheres)

As informações devem ser preenchidas de acordo com os registros do estabelecimento, referente às pessoas privadas de liberdade, na data final do período de referência

Faixa etária dos filhos/as que estão no estabelecimento prisional	
0 a 6 meses	
mais de 6 meses a 1 ano	
mais de 1 ano a 2 anos	
mais de 2 a 3 anos	
mais de 3 anos	
Quantidade de gestantes/parturientes	
Quantidade de lactantes	

5.10. Número de filhos/as

As informações devem ser preenchidas de acordo com os registros do estabelecimento, referente às pessoas privadas de liberdade, na data final do período d

O estabelecimento detém alguma forma de registro que permite a obtenção desta informação?

- ☐ Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade
- ☐ Sim, para parte das pessoas privadas de liberdade
- ☐ Não

Em caso positivo, total ou parcialmente, preencha as informações abaixo:

Pessoas privadas de liberdade por número de filhos	Masculino	Feminino
Sem filhos		
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11 ou mais		
Sem informação		

5.11. Número de pessoas privadas de liberdade que possuem visitantes cadastrados

As informações devem ser preenchidas de acordo com os registros do estabelecimento, na data final do período de referência.

No preenchimento abaixo deve ser observado o gênero da pessoa privada de liberdade e não o gênero do visitante.

	Masculino	Feminino
Pessoas com visitantes cadastrados		

5.12. Quantidade de pessoas privadas de liberdade por tempo total de penas (presos/as condenados/as e)

Esta indagação refere-se apenas aos presos condenados e aos presos simultaneamente condenados e provisórios.

É desejável que se obtenha a informação sobre o tempo total de pena aplicada que conste no atestado de pena a cumprir ou, na sua ausência, do registro mais recente disponível (mandado de prisão, mandado de intimação de sentença ou acórdão).

A informação não se refere à pena remanescente do acusado e sim à pena total imposta.

O estabelecimento detém alguma forma de registro que permite a obtenção desta informação?

- ☐ Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade
- ☐ Sim, para parte das pessoas privadas de liberdade
- ☐ Não

Como é registrada essa informação?

- ☐ Apenas na inclusão do preso, sem atualização
- ☐ Na inclusão do preso, atualizando-se com as informações de outros mandados de prisão ou de intimação de sentença/ acórdão recebidos posteriormente
- ☐ Na inclusão do preso, atualizando-se com o atestado de pena a cumprir
- ☐ Não é registrada

Em caso positivo, total ou parcialmente, preencha as informações abaixo:

	Masculino	Feminino
Até 6 meses (inclusive)		
Mais de 6 meses até 1 ano (inclusive)		
Mais de 1 ano até 2 anos (inclusive)		
Mais de 2 até 4 anos (inclusive)		
Mais de 4 até 8 anos (inclusive)		
Mais de 8 até 15 anos (inclusive)		
Mais de 15 até 20 anos (inclusive)		
Mais de 20 até 30 anos (inclusive)		
Mais de 30 até 50 anos (inclusive)		
Mais de 50 até 100 anos (inclusive)		
Mais de 100 anos		
Número de pessoas sem informação		

5.13. Quantidade de pessoas privadas de liberdade por tempo de pena remanescente (presos/as condenados/as e)

Esta indagação refere-se apenas aos presos condenados e aos presos simultaneamente condenados e provisórios.

É desejável que se obtenha a informação sobre o tempo total de pena aplicada que conste no atestado de pena a cumprir ou, na sua ausência, do registro mais recente disponível (mandado de prisão, mandado de intimação de sentença ou acórdão).

O estabelecimento detém alguma forma de registro que permite a obtenção desta informação?

- ☐ Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade

- ☐ Sim, para parte das pessoas privadas de liberdade
- ☐ Não

Em caso positivo, total ou parcialmente, preencha as informações abaixo:

	Masculino	Feminino
Até 6 meses (inclusive)		
Mais de 6 meses até 1 ano (inclusive)		
Mais de 1 ano até 2 anos (inclusive)		
Mais de 2 até 4 anos (inclusive)		
Mais de 4 até 8 anos (inclusive)		
Mais de 8 até 15 anos (inclusive)		
Mais de 15 até 20 anos (inclusive)		
Mais de 20 até 30 anos (inclusive)		
Mais de 30 até 50 anos (inclusive)		
Mais de 50 até 100 anos (inclusive)		
Mais de 100 anos		
Número de pessoas sem informação		

5.14. Quantidade de incidências por tipo penal

Número de incidências por tipo penal pelas quais os/as pessoas privadas de liberdade aguardam julgamento ou foram condenadas, independente se o crime foi tentado ou consumado.

Para os fins do presente formulário, considera-se incidência, para o preso provisório, a classificação penal adotada no auto de prisão em flagrante, portaria de instauração de inquérito ou denúncia (prevalecendo o último registro); ou, para o preso condenado, o tipo penal constante da sentença ou acórdão condenatório.

Devem ser considerados cumulativamente todos os tipos penais por quais cada pessoa privada de liberdade aguarda julgamento ou foi condenada. Por exemplo: se uma pessoa foi condenada por homicídio simples e por roubo simples, deve ser lançado um registro em homicídio simples e outro registro em roubo simples, da mesma forma, se a pessoa foi condenada por roubo simples e aguarda julgamento por tráfico de drogas, deve ser lançado registro nos dois tipos penais.

É desejável que se obtenha a informação do último mandado de prisão ou último mandado de intimação, de sentença ou acórdão. Caso tais documentos não estejam disponíveis, a informação deve ser buscada no auto de prisão em flagrante ou em outro registro disponível no estabelecimento.

O estabelecimento detém alguma forma de registro que permite a obtenção desta informação?

- ☐ Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade
- ☐ Sim, para parte das pessoas privadas de liberdade
- ☐ Não

Como é registrada essa informação?

- ☐ Apenas na inclusão do preso, sem atualização
- ☐ Na inclusão do preso, atualizando-se com as informações de outros mandados de prisão ou de intimação de sentença/ acórdão recebidos posteriormente
- ☐ Na inclusão do preso, atualizando-se com o atestado de pena a cumprir
- ☐ Não é registrada

Em caso positivo, total ou parcialmente, preencha as informações abaixo:

Total		
Grupo: Código Penal		
	Masculino	Feminino
Grupo: Crimes contra a pessoa		
Homicídio simples (Art. 121, caput)		
Homicídio culposo (Art. 121, § 3º)		
Homicídio qualificado (Art. 121, § 2º)		
Aborto (Art. 124, 125, 126 e 127)		
Lesão corporal (Art. 129, caput e § 1º, 2º, 3º e 6º)		
Violência doméstica (Art. 129, § 9º)		
Sequestro e cárcere privado (Art. 148)		
Outros - não listados acima entre os artigos 122 e 154-A		
	Masculino	Feminino
Grupo: Crimes contra o patrimônio		
Furto simples (Art. 155)		
Furto qualificado (Art. 155, § 4º e 5º)		
Roubo simples (Art. 157)		
Roubo qualificado (Art. 157, § 2º)		
Latrocínio (Art. 157, § 3º)		
Extorsão (Art. 158)		
Extorsão mediante sequestro (Art. 159)		
Apropriação indébita (Art. 168)		
Apropriação indébita previdenciária (Art. 168-A)		
Estelionato (Art. 171)		
Receptação (Art. 180)		
Receptação qualificada (Art. 180, § 1º)		
Outros - não listados acima entre os artigos 156 e 179		
	Masculino	Feminino
Grupo: Crimes contra a dignidade sexual		
Estupro (Art. 213)		
Atentado violento ao pudor (Art. 214)		
Estupro de vulnerável (Art. 217-A)		
Corrupção de menores (Art. 218)		
Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual (Art. 231)		
Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual (Art. 231-A)		
Outros (Artigos 215, 216-A, 218-A, 218-B, 227, 228, 229, 230)		

	Masculino	Feminino
Grupo: Crimes contra a paz pública		
Quadrilha ou bando (Art. 288)		
Grupo: Crimes contra a fé pública		
Moeda falsa (Art. 289)		
Falsificação de papéis, selos, sinal e documentos públicos (Art. 293 a 297)		
Falsidade ideológica (Art. 299)		
Uso de documento falso (Art. 304)		
Grupo: Crimes contra a Administração Pública		
Peculato (Art. 312 e 313)		
Concussão e excesso de exação (Art. 316)		
Corrupção passiva (Art. 317)		
Grupo: Crimes praticados por particular contra a Administração Pública		
Corrupção ativa (Art. 333)		
Contrabando ou descaminho (Art. 334)		
Grupo: Legislação específica		
Grupo: Drogas (Lei 6.368/76 e Lei 11.343/06)		
Tráfico de drogas (Art. 12 da Lei 6.368/76 e Art. 33 da Lei 11.343/06)		
Associação para o tráfico (Art. 14 da Lei 6.368/76 e Art. 35 da Lei 11.343/06)		
Tráfico internacional de drogas (Art. 18 da Lei 6.368/76 e Art. 33 e 40, inciso I da Lei 11.343/06)		
Grupo: Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 22/12/2003)		
Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (Art. 14)		
Disparo de arma de fogo (Art. 15)		
Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (Art. 16)		
Comércio ilegal de arma de fogo (Art. 17)		
Tráfico internacional de arma de fogo (Art. 18)		
Grupo: Crimes de Trânsito (Lei 9.503, de 23/09/1997)		
Homicídio culposo na condução de veículo automotor (Art. 302)		
Outros (Art. 303 a 312)		
Grupo: Legislação específica - outros		
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13/01/1990)		
Genocídio (Lei 2.889, de 01/10/1956)		
Crimes de tortura (Lei 9.455, de 07/04/1997)		
Crimes contra o Meio Ambiente (Lei 9.605, de 12/02/1998)		
Número de pessoas privadas de liberdade com informação sobre tipificação criminal		
Número de pessoas privadas de liberdade sem informação sobre tipificação criminal		

6. Ações de reintegração social/Assistências

6.1. Quantidade de pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia (Número de pessoas em atividades laborais no PRIMEIRO DIA ÚTIL DE JUNHO OU DEZEMBRO, a depender do ciclo)

As atividades devem ser identificadas por setor da economia:
Setor primário - rural, agrícola e artesanato: relacionado com a exploração vegetal, animal e mineral, tais como: agricultura, produção de carne e leite e extração de minérios, bem como seu beneficiamento, desde que a composição ou as características do produto in natura sejam mantidas e realizadas pelo produtor / extrator. A produção é votada para comercialização, consumo próprio ou industrialização. Artesanato, cujo artesão possui os meios de produção, sendo o proprietário das ferramentas, e trabalha por conta própria, realizando todas as etapas da produção, desde o preparo da matéria-prima, até o acabamento. Isto é, não há divisão do trabalho ou especialização para produção. A produção é votada para comercialização utilização própria.
Setor secundário - industrial: voltado à transformação das matérias-primas, produzidas pelo setor primário, em produtos industrializados ou beneficiados. Este não se confunde com o setor primário, pois o beneficiamento altera a composição e as características do produto in natura. A produção é votada para comercialização. O empregado, quase sempre, participa de somente um dentre os processos de beneficiamento. Como exemplo temos as indústrias e a construção civil.
Setor terciário - serviços: relacionado à prestação de serviços. Os serviços são produtos não materiais que satisfazem determinadas necessidades. São atividades desse setor: comércio, educação, saúde, serviços de telecomunicações e marketing, serviços de informática, serviços de limpeza, serviços de copa e cozinha, bem como serviços administrativos.

Existem pessoas privadas de liberdade neste estabelecimento em atividades laborerápicas?

☐ Sim

☐ Não

Quantidade de pessoas em vagas obtidas por meios próprios e/ou sem intervenção do sistema prisional	Trabalho externo		Trabalho interno	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Vaga em que a própria pessoa privada de liberdade obteve, sem intermediação da Secretaria responsável.				
Setor primário - rural, agrícola e artesanato				
Setor secundário - industrial e construção civil				
Setor terciário - serviços				

Quantidade de pessoas em vagas disponibilizadas pela administração prisional como apoio ao próprio estabelecimento

Vagas disponibilizadas para manutenção do próprio sistema, tais como: preparo de refeição, limpeza e capina, serviços de copa, confecção de uniformes, org	Trabalho interno
	Masculino
	Feminino

Quantidade de pessoas em vagas disponibilizadas pela administração prisional em parceria com a iniciativa privada

Vagas disponibilizadas pela Secretaria responsável pela administração prisional através de parcerias ou contratos, para instituições privadas em que estas visam lucro.

Trabalho externo

Trabalho interno

Masculino

Feminino

Masculino

Feminino

Setor primário - rural, agrícola e artesanato

Setor secundário - industrial e construção civil

Setor terciário - serviços

Quantidade de pessoas em vagas disponibilizadas pela administração prisional em parceria com outros órgãos públicos

Vagas disponibilizadas pela Secretaria responsável pela administração prisional, por intermédio de parcerias ou congêneres, com outros órgãos públicos, como Fundações Públicas, Secretarias, Autarquias, entre outros.

Trabalho externo

Trabalho interno

Masculino

Feminino

Masculino

Feminino

Setor primário - rural, agrícola e artesanato

Setor secundário - industrial e construção civil

Setor terciário - serviços

Quantidade de pessoas em vagas disponibilizadas pela administração prisional em parceria com entidade ou organizações não governamentais sem fins lucrativos

Vagas disponibilizadas pela Secretaria responsável pela administração prisional, por intermédio de parcerias ou contratos, para organizações não governamentais sem fins lucrativos.

Trabalho externo

Trabalho interno

Masculino

Feminino

Masculino

Feminino

Setor primário - rural, agrícola e artesanato

Setor secundário - industrial e construção civil

Setor terciário - serviços

6.2. Quantidade de pessoas privadas de liberdade por remuneração

Identificar o valor médio percebido pelas pessoas privadas de liberdade em razão do trabalho na data final do período de referência, de acordo com os registros do estabelecimento.

O estabelecimento tem condições de obter estas informações em seus registros?

- ☐ Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade
- ☐ Sim, para parte das pessoas privadas de liberdade
- ☐ Não

Em caso positivo, total ou parcial, preencha as informações abaixo:

SOMENTE Remição

Menos do que 3/4 do salário mínimo mensal

Entre 3/4 e 1 salário mínimo mensal

Entre 1 e 2 salários mínimos mensais

Mais que 2 salários mínimos mensais

Sem informação

Masculino

Feminino

6.3 - Quantidade de pessoas privadas de liberdade em atividade educacional (Número de pessoas privadas de liberdade matriculadas em atividades educacionais AO LONGO do período de referência).

Considerar todas as matrículas do semestre referência).

Existem pessoas privadas de liberdade neste estabelecimento em atividades educacionais?

- ☐ Sim
- ☐ Não

	Presencial		Ensino à distância		Certificação/ conclusão no Período	
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
Total de pessoas em atividade educacional						
Alfabetização						
Ensino Fundamental						
Ensino Médio						
Ensino Superior						
Curso Técnico (acima de 800 horas de aula)						
Curso de Formação Inicial e Continuada (Capacitação Profissional, acima de 160 horas de aula)						
Pessoas matriculadas em programa de remição pelo estudo através da leitura						
Pessoas matriculadas em programa de remição pelo estudo através do esporte						
Pessoas envolvidas em atividades educacionais complementares (Exames Nacionais (Enem PPL e Encceja PPL)?, Concurso de Redação da DPU, Olimpíadas de Matemática, videoteca, atividades de lazer, cultura)						

6.4. Quantidade de pessoas trabalhando e estudando, simultaneamente

Número de pessoas em atividades laborerterápicas e educacionais, na data final do período de referência

Pessoas que trabalham e estudam

Masculino

Feminino

6.5. Quantidade de famílias que recebem auxílio-reclusão

Número de famílias que recebem auxílio-reclusão, na data final do período de referência

O estabelecimento detém alguma forma de registro que permite a obtenção desta informação?

- ☐ Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade
- ☐ Sim, para parte das pessoas privadas de liberdade
- ☐ Não

	Masculino	Feminino
Número de pessoas privadas de liberdade cujas famílias recebem auxílio-reclusão		

6.6. Informações da área de saúde - total do período

Número de consultas pelas quais as pessoas privadas de liberdade passaram no período, na data final do período de referência

	Masculino	Feminino
Consultas médicas realizadas externamente		
Consultas médicas realizadas no estabelecimento		
Consultas psicológicas		
Consultas odontológicas		
Quantidade de exames e testagem		
Quantidade de intervenções cirúrgicas		
Quantidade de vacinas		
Quantidade de outros procedimentos, como sutura e curativo		

6.7. Quantidade de pessoas com agravos transmissíveis na data de fim do período de referência

	Masculino	Feminino
HIV		
Sífilis		
Hepatite		
Tuberculose		
Hanseníase		

6.8. Mortalidade no Sistema Prisional (total do período)

Devem ser computadas todas as incidências registradas neste semestre, referente a mortalidade de pessoas sob custódia do estabelecimento, mesmo que o óbito tenha ocorrido fora do estabelecimento (em unidade de saúde, por exemplo).

	Masculino	Feminino
Óbitos naturais/ óbitos por motivos de saúde		
Óbitos criminais		
Óbitos suicídios		
Óbitos acidentais		
Óbitos com causa desconhecida		

7. Outros - totalização do semestre

7.1. Quantidade de pessoas privadas de liberdade envolvidas em procedimentos administrativos (instaurados no período de referência)

Para fins de definição sobre as faltas leves e médias, deve-se observar a legislação local, conforme previsto na Lei de Execução Penal, em seu artigo 49. As faltas graves estão especificadas no artigo 50 da Lei de Execução Penal.

Deve-se utilizar o número de pessoas envolvidas em faltas registradas nos procedimentos administrativos instaurados neste semestre.

	Pessoas processadas por faltas leves e médias		Pessoas processadas por	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Presos/as provisórios/as				
Regime fechado				
Regime semiaberto				
Regime aberto				
Outros				

7.2. Quantidade de motins, rebeliões ou outras formas de distúrbio no período de referência

Movimentos de subversão e insubordinação de um grupo de pessoas que se revolta contra a autoridade constituída

Devem ser computadas todas as incidências registradas no período de referência.

Quantidade de eventos	
-----------------------	--

7.2.1 .1- Quantidade de pessoas privadas de liberdade envolvidas em motins, rebeliões ou outras formas de distúrbio no período de re .

Movimentos de subversão e insubordinação de um grupo de pessoas que se revolta contra a autoridade constituída

Devem ser computadas todas as incidências registradas no período de referência

	Masculino	Feminino
Presos/as provisórios		
Regime fechado		
Regime Semiaberto		
Regime Aberto		
Outros		

7.3. Quantidade de visitas registradas no período de referência

Devem ser computadas todas as visitas registradas no período de referência. Vale ressaltar que se uma mesma pessoa realizou várias visitas, devem ser computadas todas as visitas realizadas por esta pessoa.

O estabelecimento detém alguma forma de registro que permite a obtenção desta informação?

- ☐ Sim, para todas as pessoas privadas de liberdade
- ☐ Sim, para parte das pessoas privadas de liberdade
- ☐ Não

Quantidade de visitas registradas no período de referência	
------------------------------------------------------------	--

	Masculino	Feminino
Quantidade de presos que receberam visita no período de referência		

7.4. Total de apreensões no período de referência

Devem ser computadas todas as apreensões registradas o período de referência, seja de apreensões realizadas com internos ou com visitantes.

	Masculino	Feminino
Número de apreensões de armas brancas		
Número de apreensões de armas de fogo		
Número de apreensões de drogas		
Número de apreensões de aparelhos de telefone celular		
Número de apreensões de componentes/ acessórios de aparelho de telefone celular		

7.5. Foi realizada visita(s) de inspeção no período de referência?

- ☐ Sim
☐ Não

Em caso positivo, por qual(is) órgão(s)?
Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária- CNPCP
Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária/Conselho Penitenciário
Conselho da Comunidade
Ouvidoria do sistema prisional - estadual ou nacional
Defensoria Pública
Judiciário
Ministério Público
Outro(s). Qual?